

# SUÉCIA DESEJA PROSSEGUIR APOIO AO POVO MOÇAMBICANO

N. p. 3  
17/3/76

— salientou Vice-Presidente Marcelino dos Santos no jantar de homenagem a Gertrude Sigurdssen

No decurso do jantar efectuado na noite de segunda-feira passada no Clube Militar, em honra do Ministro sueco do Desenvolvimento e Cooperação, Gertrude Sigurdssen, o Vice-Presidente da FRELIMO e Ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica do nosso País, ao dirigir-se à ilustre visitante, salientou todo o apoio militante que a Suécia tem dado a Moçambique, dentro do espírito internacionalista que norteia o povo e o Governo daquele país. Marcelino dos Santos igualmente fez referência à colaboração futura que irá ser uma constante nas relações entre os dois países. Foi a seguinte a alocução proferida pelo Vice-Presidente Marcelino dos Santos:

Sua Excelência Gertrude Sigurdssen, Ministro do Desenvolvimento e Cooperação da Suécia; Excelências, Camaradas e amigos:

É com verdadeira emoção que, em nome da FRELIMO, do Governo e do Povo moçambicano, a saudamos e lhe desejamos as melhores boas-vindas à República Popular de Moçambique.

Dizemos emoção, porque a vinda de um Ministro do Governo sueco a Moçambique, quase nove meses após a declaração da nossa Independência, não pode deixar de trazer à ideia o que foram os nossos dez anos de luta e o que para a nossa vitória significou o apoio e a ajuda dos povos e países amigos.

Por isso, a sua vinda a Moçambique tem, para nós, um profundo significado, muito

para além da demonstração daquela amizade que mais vem estreitar as relações forjadas durante a guerra de libertação.

Esta visita que nos faz hoje é também, sem dúvida, testemunho do desejo de prosseguirmos juntos o combate, não só contra os vestígios do colonialismo, mas também contra todas as formas de opressão e exploração do Homem pelo Homem, que ainda subsistem no nosso País; de juntos continuarmos a luta para consolidar a independência de Moçambique; de contribuirmos, lado a lado, para a liquidação dos últimos bastiões do colonialismo e do racismo em África e, em particular, na África Austral.

Por isso, ao receber Gertrude Sigurdssen devemos, necessariamente, recordar qual foi o papel da Suécia durante

a nossa guerra de libertação contra o colonialismo português e o imperialismo.

Portugal, por si só, não poderia nunca travar uma luta armada contra o nosso povo, contra a FRELIMO.

No seu combate contra a FRELIMO, Portugal contou sempre com o apoio, por vezes camuflado mas nunca negado, da OTAN. Apoio financeiro, através de empréstimos que, quando não se destinavam directamente ao esforço militar, iam libertar fundos para isso. Apoio militar, com o fornecimento de armamentos destinados aos efectivos integrados na própria OTAN, mas que acabavam sempre por aparecer em Angola, na Guiné, em Moçambique. Apoio político em todas as assembleias e organismos internacionais, onde era deturpado o carácter colonialista da guerra e desvirtuadas as justas aspirações do nosso povo.

E se a nível internacional, Portugal sempre se apoiou e teve o apoio da OTAN, a nível regional desde os anos de cinquenta que vinha lançando as bases para uma «Aliança Branca» na África Austral, que veio a concretizar-se nos anos de sessenta, com o eixo Pretória-Salisbúria-Lisboa e a materializar com a construção da barragem de Cabora Bassa, ponto de partida de todo um grandioso plano do colonialismo e do imperialismo para perpetuar a dominação na África Austral e aí reforçar o racismo.

Mas também, Moçambique não travou isolado a sua luta de Libertação Nacional. Tinha muitos amigos, em todos os continentes; com ele estavam todos os povos progressistas do Mundo, e todos os países amigos que apoiavam o combate da FRELIMO, entre eles a Suécia, que a senhora representa.

De facto, desde a primeira hora da nossa luta que a Suécia se lançou num auxílio decidido ao povo moçambicano, contribuindo significativamente para a criação de uma nova vida nas áreas libertadas, onde prestou ajuda desinteressada no campo da Educação e da Saúde, na resolução de problemas sociais e onde participou, por todas as formas, para o desenvolvimento económico.

Muito em especial, a Suécia desde o início que viu todas as implicações políticas do empreendimento de Cabora Bassa e, não só o seu Go-

verno se recusou a nele participar por qualquer forma, como impediu que empresas suecas fizessem parte dos consórcios construtores.

Paralelamente e desde o início, também o povo e, em primeiro lugar, a sua juventude e as massas trabalhadoras, se mobilizaram em grupos de apoio à justa luta do povo moçambicano, exprimindo, assim, a elevada consciência política do Povo sueco contra a dominação e contra a exploração.

No entanto, se foi grande a importância, material do auxílio que a Suécia sempre tem dado a Moçambique, foi antes de mais o seu apoio moral e político que contribuiu para a nossa vitória final.

Desde cedo que a Suécia reconheceu a FRELIMO como representante legítimo do Povo moçambicano e que os dirigentes do Governo sueco mantiveram conversações com responsáveis da FRELIMO, contribuindo assim para o reconhecimento internacional da legitimidade e autoridade do nosso Partido como representante do povo de Moçambique.

A Suécia mostrou, assim, que se podia ser ocidental e ser-se anticolonialista, ser-se anti-racista, constituindo-se um exemplo para os restantes Governos da Europa Ocidental; eu diria, até, do Mundo Ocidental.

A acção da Suécia, a posição da Suécia, reflectem o engajamento do seu povo no combate geral dos povos contra o colonialismo e o imperialismo, contra a exploração do Homem pelo Homem, pela independência dos povos e das nações, pela democracia.

Por isso, daqui saudamos o Povo sueco, o Governo sueco e, permita-me, também, o Partido Social-Democrata da Suécia e os comités de apoio à luta dos povos guineense, moçambicano e angolano contra o colonialismo e o imperialismo.

A visita do Ministro Sueco significa muito claramente a vontade da Suécia em estreitar relações de amizade e, em particular, desenvolver a cooperação económica entre a Suécia e Moçambique.

E isso significa a vontade da Suécia de prosseguir a cooperação iniciada e forjada no tempo da guerra.

Um dos grandes problemas do nosso tempo é o de desenvolver as bases para relações de fraternidade e igual-

dade entre os povos e as nações.

As relações entre as nações, para serem relações de igualdade, para serem relações de amizade, exigem o engajamento claro e activo dos nossos Governos na realização da aspiração dos povos a serem livres, um engajamento claro e activo dos nossos Governos no combate contra a exploração; contra todas as formas de exploração.

Este é, sem dúvida, a base essencial.

Mas exige, também, um combate activo, mesmo se duro, contra as disparidades que existem actualmente no nosso Mundo, diferenças nos estádios de desenvolvimento económico das nações.

Enquanto existirem essas diferenças, devemos estar conscientes que pressistirá sempre razões para mal entendidos, razões para que surjam problemas entre os Estados, razões para que surjam divergências, senão mesmo oposições políticas.

Para o povo moçambicano a luta continua. Mas agora, a luta continua para consolidação da nossa Independência.

Por um lado, enfrentamos a necessidade imperiosa de defender as conquistas da luta armada, a nova sociedade e os valores novos criados nas zonas libertadas e fundados na vida colectiva.

Por outro lado, impunha-se tomar medidas que pusessem termo às formas mais flagrantes da exploração: a recuperação das nossas melhores terras, apropriadas sob o colonialismo e não utilizadas, e que hoje pertencem ao povo, a nacionalização dos serviços de mais elementar necessidade para o povo, os da Saúde, da Educação, Jurídicos, Funerários e, agora, a nacionalização dos prédios de rendimento.

Assim se incluem as medidas necessárias para que todo o povo tenha verdadeiro acesso à Saúde, ao Ensino, a um alojamento decente, a um melhor nível de vida.

A estratégia geral do nosso desenvolvimento, que consiste em tomar a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador, materializa-se mais imediatamente na Aldeia Comunal, meio de organizar as zonas rurais, meio de desenvolvimento económico, meio do estabelecimento do

(Continua na página 8)

# APOIO N. 17/3/76 P. 5 AO POVO MOÇAMBICANO

(Continuado da página 3)

Poder Popular Democrático nas zonas rurais.

Através deste desenvolvimento das zonas rurais e dos recursos agrícolas, criamos as condições para o desenvolvimento da indústria em Moçambique e para realizar as aspirações definidas desde o primeiro dia da criação da FRELIMO — a transformação de Moçambique de um país pobre e subdesenvolvido num país desenvolvido e próspero.

Ao mesmo tempo, a República Popular de Moçambique consolida a sua organização política, ou seja, a FRELIMO desenvolve-se, lutando contra todos os vestígios do colonialismo e encaminhando a construção de uma sociedade onde não haja mais exploração do Homem pelo Homem.

Dentro de uma tradição já estabelecida para realizarmos os objectivos da fase presente nós, a FRELIMO, o povo moçambicano, o Governo, facultamos os instrumentos, criamos as bases que permitam realizar esses objectivos.

Assim, para nós, estão definidas as formas de criar condições para contribuir efectivamente para que se desenvolvam relações de igualdade, de fraternidade, entre as nações.

Mas há uma tarefa que te-

mos que realizar conjuntamente, ou nunca será realizada e que é o combate contra as disparidades nos níveis de desenvolvimento económico. Mas esse combate é um combate comum.

É uma ajuda mútua, pois trata-se de criar bases que, sem serem fundamentais, são também importantes na determinação do tipo de relações que devem existir entre as nações.

Então temos que definir qual é a tarefa de cada um de nós; qual é a tarefa dos países desenvolvidos; qual é a tarefa dos países subdesenvolvidos e, para ser mais directo, qual é a tarefa da Suécia, qual é a tarefa de Moçambique no tempo de hoje, hoje em que a vontade dos povos é a de estabelecer relações fraternais. Mas concebamos essa tarefa como uma tarefa comum e que, de outra forma, ela não poderá ter lugar.

E porque a Suécia sempre soube situar-se no campo dos países que desejavam e combatiam para que houvesse, precisamente, essas relações; porque a Suécia demonstrou, de facto, pretender realizar, no plano interno, combate por uma sociedade de maior igualdade, por uma sociedade mais democrática, dizemos que temos bases comuns e por isso estamos em condições de marchar juntos para a realização desses objectivos.

Saibamos consentir os sacrifícios que nos competem a cada um de nós, aos Estados desenvolvidos, aos Estados subdesenvolvidos; ter a clara consciência de quais são os seus deveres.

E saibamos compreender que, se esses sacrifícios devem reverter em benefício directo do progresso dos nossos povos, também devem ser vistos como uma maneira de melhor nos situarmos no combate para que os outros povos do Mundo também sejam livres.

Falando assim, referimo-nos, concretamente, à situação da África Austral.

Na África do Sul o povo continua oprimido, vítima do «apartheid» e da exploração. Na Namíbia o povo continua oprimido pela bota do colonialismo sul-africano e em Zimbábue o povo continua oprimido pelo regime racista e fascista de Smith.

O nosso povo, o povo moçambicano — ao decidir aplicar integralmente as sanções que eram as suas aspirações e deve aplicar o seu dever internacionalista que é a aspiração e dever da comunidade internacional — assumiu integralmente as suas responsabilidades, responsabilidades essas que são também responsabilidades da comunidade internacional.

todo o sempre à opressão dos povos ainda subjugados ao colonialismo, ao racismo, ao «apartheid» e à exploração do Homem pelo Homem.

Estes são os caminhos do povo da República Popular de Moçambique e pensamos que os de todos os países da comunidade internacional.

## PALAVRAS DE GERTRUDE SIGURDSEN

*Seguidamente Gertrude Sigurdssen, agradecendo as palavras que lhe haviam sido dirigidas e, por seu intermédio, ao povo e ao Governo que representa, salientou os contactos por ela já estabelecidos há longos anos com a FRELIMO, durante os anos de luta de libertação nacional, afirmando, no me a da mente:*

**Exmo. Senhor Vice-Presidente, minhas senhoras e meus senhores.**

Queria começar por vos agradecer, em nome da minha delegação, as vossas amáveis palavras de boas-vindas a Moçambique e a este jantar. Desde que ontem cheguei que encontrei o calor e a amizade que sempre existiram entre os nossos dois povos desde a fundação da FRELIMO.

Senhor Vice-Presidente: precisamente há dois anos encontramos-nos na vossa delegação em Dar-Es-Salaam. Ambos manifestámos, então, a esperança de que em breve nos poderíamos encontrar na capital de Moçambique. Nessa altura, confesso que não acreditava que tal iria ser possível já dentro de dois anos. As históricas vitórias da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC levaram à eliminação do colonialismo português e à própria queda do regime de Caetano em Lisboa.

Estou muito satisfeito por me terem convidado a vir aqui. Apesar da minha visita ser curta, terei oportunidade de ver, por mim própria, os problemas que enfrentam nesta fase da vossa luta — a luta contra a pobreza e a exploração.

Durante a minha visita a Moçambique visitarei Wiriamu, um símbolo bem conhecido das atrocidades cometidas pelo regime colonial. Verei Cabra Bassa, um antigo inimigo da FRELIMO, que com o decorrer do tempo pode ser transformado num amigo. O meu itinerário levar-me-á também a uma aldeia comunal, base de desenvolvimento do futuro Moçambique.

Esta nova fase da luta tem lugar num ambiente ainda do-

minado por regimes ilegais e racistas. Ian Smith ainda se apegava ao poder na Rodésia. Mas os seus dias estão contados. Moçambique tomou a atitude corajosa e consciente de aplicar sanções totais contra a Rodésia. Deram este passo sabendo que Moçambique não seria livre até o Zimbábue ser uma realidade e o regime racista ter sido eliminado. O Mundo louva a decisão de Moçambique em aplicar as sanções. Mas nós também sabemos que esta acção será dispendiosa para Moçambique. Apelamos, por isso, para todos os partidários da liberdade, para que mostrem solidariedade para com Moçambique. Esperamos, sinceramente, que a sessão do Conselho de Segurança da ONU, convocada para definir os apoios político e financeiro para Moçambique, traga substanciais resultados concretos. Como membro do Conselho de Segurança e amigos de longa data da FRELIMO, oferecemo-vos a nossa solidariedade. Estamos prontos a tomar parte numa iniciativa das Nações Unidas para angariar apoio internacional para a vossa posição, neste momento crítico.

Durante esta visita irei ter oportunidade de assinar um acordo de cooperação económica entre Moçambique e a Suécia. Ele será o primeiro acordo importante entre os dois países independentes e significará o arranque da segunda fase da nossa cooperação. O arranque inicial da cooperação económica entre a Suécia e a FRELIMO remonta a 1964.

Para o próximo ano orçamental o meu Governo propôs um aumento de 40 por cento, em relação a este ano, na nossa cooperação económica com Moçambique.

Propusemos também que Moçambique se torne um dos poucos países com quem a Suécia coopera economicamente a longo prazo.

Quando regressar à Suécia, na próxima semana, estarei apta a informar os meus compatriotas sobre os problemas e planos que Moçambique enfrenta hoje. Espero que esta visita aprofunde ainda mais a amizade e cooperação entre os nossos Governos, os nossos Partidos e os nossos povos. Compartilhamos convosco as ideias de criar uma sociedade onde a cooperação dê lugar à exploração e onde a democracia signifique igualdade.

Muito obrigada por este jantar. Muito obrigada pela vossa hospitalidade. Permitam-me que, à maneira sueca, proponha um «Skål» à amizade entre os nossos dois países.